

A Herança de Wittgenstein na Filosofia da Ação de von Wright

The Wittgenstein's legacy in von Wright's philosophy of action

Juliano S. A. Maranhão

Pós-doutorando do Programa de Estudos Pós-graduados em Direito da PUC-SP
jsam@uol.com.br

Resumo: Em uma série de trabalhos, o filósofo finlandês Georg Henrik von Wright, um dos principais discípulos e herdeiro dos manuscritos de Wittgenstein, construiu uma teoria da ação multi-descritiva: a compreensão de um comportamento como ação depende de sua descrição como intencional e diferentes atribuições possíveis de intenção ao agente implicam diferentes descrições de ação, a partir do mesmo comportamento observado. A teoria resultante põe em cheque a conhecida distinção de Weber entre a compreensão de qual ação foi realizada e a compreensão da razão pela qual ela foi realizada, tendo em vista que compreender a razão da ação (pela atribuição de intenção) implica, segundo a teoria de von Wright, a própria conceptualização do comportamento como ação e de qual ação foi realizada. Ao lado dessa concepção multi-descritiva da ação, von Wright buscou sucessivamente construir e fundamentar o silogismo prático como um modelo de explicação para as ciências sociais, que pudesse constituir uma alternativa definitiva para o modelo dedutivo-nomológico das ciências naturais. Esses foram os pilares de seu dualismo metodológico dentro da controvérsia entre explicação e compreensão. O presente artigo faz uma apresentação reconstruída da teoria da compreensão da ação de von Wright e identifica suas fontes em algumas notas presentes nas Investigações Filosóficas de Wittgenstein, nas quais a vontade é apontada como elemento essencial na compreensão de comportamentos (movimentos corporais) como ações.

Palavras-chave: Wittgenstein. von Wright. Filosofia da ação. Explicação e compreensão da ação.

Abstract: *In a series of papers, the finish philosopher, Georg Henrik von Wright, one of the most prominent of Wittgenstein's pupils and heir of his manuscripts, developed a multi-descriptive theory of human action: the understanding of behavior as action is derived from its description as intentional and thus different assignments of intention to the agent imply different action descriptions to the same observed behavior. The resulting theory challenges Weber's well known distinction between the understanding of which action was performed, on the one hand, and the understanding of the reasons by which the action was performed, on the other, since in von Wright's theory to understand the reasons by which an action was performed (attribution of intentionality) means the very conceptualization of it as action and of which action was performed. Parallel to such action theory von Wright has attempted to build a model of practical syllogisms to ground the activity of explanation in social sciences, as a definitive alternative to the deductive model of natural sciences.*

These were the touchstones of his methodological dualism. This paper presents a reconstructed version of von Wright's theory of understanding human action and identify its source in some notes within the Philosophical Investigations by Wittgenstein.

Keywords: *Wittgenstein. von Wright. Philosophy of action. Explanation and understanding controversy.*

1. Introdução

Georg Henrik von Wright é, reconhecidamente, o mais independente dos pupilos de Wittgenstein (HACKER, 1996, p. 143; e HABERMAS, 1997). Seu trabalho se distancia tanto do estilo, como dos temas e jargões de seu celebrado mestre. Não obstante, von Wright aponta Wittgenstein como o filósofo que mais influenciou seu pensamento (von WRIGHT, 1989). Tal influência, esclareceu von Wright em um de seus últimos escritos, diz respeito à concepção de filosofia de Wittgenstein, que, em linhas gerais, orientou-o sobre o que é a filosofia, sobre o que ele, como filósofo, fez e estava fazendo (von WRIGHT, 2001, p.179). Trata-se aqui da concepção da filosofia como uma atividade de clarificação de problemas, uma terapia voltada para identificação de conflitos, de fundo lingüístico, que geram perplexidade em determinado campo do conhecimento.

Ao lado dessa orientação geral sobre a concepção mesma da atividade filosófica, von Wright produziu extenso trabalho sobre a filosofia e a lógica da ação, que acabaram por levar von Wright a uma abordagem original dentro da controvérsia sobre o monismo ou dualismo nas ciências humanas (von WRIGHT, 1971). As bases desse trabalho, como veremos, encontram-se em algumas notas presentes nas *Investigações Filosóficas* de Wittgenstein (WITTGENSTEIN, PI, §§ 613-28).

Tais notas de Wittgenstein lançam as bases para uma objeção a teorias causalistas ou comportamentais da ação humana, à medida que apontam a vontade como elemento essencial na compreensão de comportamentos (movimentos corporais) como ações. Influenciado por essa idéia, von Wright construiu uma teoria da ação multidescritiva: a compreensão de um comportamento como ação depende de sua descrição como intencional e diferentes atribuições possíveis de intenção ao agente implicam diferentes descrições de ação, a partir do mesmo comportamento observado. A teoria resultante põe em cheque a conhecida distinção de Weber entre a compreensão de *qual* ação foi realizada e a compreensão da *razão pela qual* ela foi realizada, tendo em vista que compreender (ou atribuir) uma razão implica, para a teoria de von Wright, a própria conceitualização do comportamento como ação e a indicação de que ação foi realizada.

Ao lado dessa concepção multidescritiva da ação, von Wright buscou sucessivamente construir e fundamentar o silogismo prático como um modelo de explicação para as ciências sociais, que pudesse constituir uma alternativa definitiva para o modelo dedutivo-nomológico das ciências naturais (von WRIGHT, 1971, p.27). Esse foi o núcleo de seu dualismo metodológico.

O desenvolvimento do mesmo, todavia, restou incompleto. Sua principal dificuldade residia na tentativa de fundamentação ou validação lógica do silogismo de inferência prática. De certa forma, seu insucesso em formular uma construção logicamente válida,

pela própria importância que von Wright atribuiu a essa empreitada dentro de seu projeto metodológico, comprometeu sua teoria. Porém, a pena aplicada pelo próprio von Wright deveria ser reconsiderada. A validação lógica buscada por von Wright era uma validação dentro de uma lógica dedutiva, que, de fato, dificilmente poderia se ajustar à inferência prática. Mas não vemos como necessário para sua teoria que a conclusão de uma inferência prática tenha de ser resultado de uma *dedução* logicamente válida.

Nosso objetivo é mostrar, em uma série de artigos, começando por este, que a (re)construção de von Wright para o silogismo prático aproxima-se muito mais de um raciocínio *abduativo*. Acreditamos, por outro lado, que, com base nisso, sua teoria da ação possa ser reconstruída tomando-se as inferências práticas como inferências abduativas.

Todavia, o presente trabalho não é tão ambicioso. O foco aqui será simplesmente uma apresentação reconstruída da teoria da compreensão da ação de von Wright (tendo em vista as diversas modificações nela efetuadas) com a identificação de suas fontes wittgensteinianas.

Em trabalhos posteriores, apresentaremos a teoria de inferências práticas de von Wright, onde argumentaremos que a sua validade somente pode ser sustentada se a encararmos como condições de compreensão da ação humana. Em segundo lugar, apontaremos que a noção de melhor entendimento, avançada por von Wright nas últimas formulações de seu dualismo, supera o problema do subjetivismo, derivado de sua concepção minimalista de verdade das explicações da ação.

Esse esforço será fundamental para indicarmos como a teoria de von Wright para inferências práticas o aproximou de uma lógica abduativa, de forma que se abrisse campo para a reconstrução da teoria de von Wright com base em lógicas abduativas, em trabalhos futuros.

No presente texto, situaremos, na Seção 2, a empreitada de von Wright dentro do debate entre o monismo e o dualismo das ciências humanas. Na Seção 3, apresentaremos a teoria da ação (reconstruída) de von Wright. Na Seção 4, identificaremos suas bases wittgensteinianas, e deixamos a seção 5 para uma breve conclusão, que abrirá espaço para a futura discussão sobre as inferências práticas de von Wright.

2. Von Wright e o encontro da filosofia da linguagem ordinária e da filosofia hermenêutica na controvérsia entre explicação e compreensão

A relação de von Wright com o problema metodológico das ciências humanas teve como ponto de partida as dificuldades filosóficas encontradas na interpretação de seu sistema original de lógica deontica (von WRIGHT, 1951). Se as modalidades deonticas (obrigatório, permitido, proibido) operam sobre ações,¹ a lógica deontica deveria incorporar uma lógica de ações (von WRIGHT, 1963), o que naturalmente chamou a atenção de von Wright para o estudo e compreensão de sua racionalidade.

¹ Em *Deontic Logic*, as normas são definidas como deveres ou permissões de realizar (*performance*) *ações-tipo* ou *categorias de ação*.

Existem ações que necessariamente são realizadas ou não-realizadas? A realização de uma ação pode decorrer necessariamente da ocorrência de outra ação? Mas, afinal, o que “causa” a ação? Usualmente, oferecemos razões para a ação ou a justificamos com referência à vontade ou intenção do agente ou, ainda, pela presença de comandos. Qual, então, a relação entre normas, a intenção do agente, suas crenças e seu comportamento? Pode-se dizer que a intenção (de provocar determinado resultado) em conjunto com as crenças do agente (a respeito dos meios necessários para alcançá-lo) *causam* a ação? Trata-se aqui de uma *relação de causalidade*, a exemplo da relação causal entre fenômenos ou eventos naturais?

Tais indagações arrastaram von Wright para uma antiga controvérsia metodológica sobre as ciências humanas, que é abordada pelo filósofo como uma oposição entre duas tradições: a *galileana*, voltada para a explicação e predição causal dos fenômenos; e a *aristotélica*, preocupada em tornar os fatos teleologicamente inteligíveis (von WRIGHT, 1971, p. 3).

A tradição *galileana*, identificada com o movimento iluminista e consolidada com o positivismo, defende o monismo metodológico, i.e. a tese de que a explicação de todo e qualquer fenômeno deve pautar-se pelo ideal das ciências naturais exatas e consistir na subsunção destes a leis gerais hipoteticamente assumidas. A tradição aristotélica, por sua vez, é identificada com a corrente hermenêutica, surgida em meados do século XIX, defensora do dualismo metodológico que estabelece a distinção entre *explicação* causal dos eventos (*Erklären, explanation*), própria das ciências naturais, e *compreensão* dos fenômenos humanos e sociais (*Verstehen, understanding*), afeita às ciências do espírito (*Geisteswissenschaften*).

A hermenêutica clássica, surgida em meados do século XIX, com Droysen, e sistematizada na obra de Dilthey, voltou-se para o estudo do sentido dos fenômenos enquanto vivência psicológica, opondo-se ao ideal de um método objetivo para a explicação das manifestações humanas e ressaltando o aspecto subjetivo do compreender (BLEICHER, 1980). Compreensão é definida como um processo introspectivo de recriação na mente do intérprete da atmosfera psicológica do autor no momento da ação ou criação de um texto (literário, religioso, jurídico), processo esse que se liga à descoberta da intencionalidade, i.e. dos propósitos e objetivos do autor (BLEICHER, 1980, p. 27; e von WRIGHT, 1971, p. 6).

No início do séc XX, em particular no período entre guerras, o positivismo ressurgiu impulsionado pela revolução no campo da lógica matemática. A crença no progresso por meio da ciência e a concepção científica do mundo marcaram a filosofia do positivismo lógico do Círculo de Viena e a escola analítica de Cambridge, os dois pilares que iriam se fundir na filosofia analítica. A fundamentação metodológica das ciências naturais e da matemática baseou-se na sistematização lógica do discurso descritivo, na qual se apóiam as teorias científicas. A preocupação com a linguagem da ciência, o significado de seu discurso descritivo e sua relação com os fenômenos descritos, introduziu, como aponta Apel (APEL, 1985), uma ambigüidade no cientificismo da filosofia analítica, ao pôr em relevo o problema do significado, objeto central da hermenêutica.

Essa ambigüidade já podia ser observada na tensão entre a concepção de Russell e Wittgenstein acerca do papel da filosofia. Ambos concordavam que a relação entre a linguagem da ciência e a realidade se dava por alguma forma de figuração ou correspondência, e que o método próprio da filosofia deveria ser a análise lógica. Mas, se de um lado, Russell entendia que a filosofia, enquanto discurso *sobre* a estrutura lógica necessá-

ria da ciência e, por conseqüência, do mundo, alinhava-se com as demais ciências naturais, apenas diferindo destas pelo caráter geral de seu objeto (RUSSELL, 1928), para Wittgenstein, a filosofia não diria nada sobre o mundo e não consistiria em uma teoria científica, sendo antes uma atividade de clarificação lógica dos pensamentos (WITTGENSTEIN, *Tractatus*, 4.111 e 4.112) por meio da análise da linguagem.

Assim, se a virada analítica da filosofia foi, pelas mãos de Russell, um triunfo da lógica, pelas mãos de Wittgenstein foi essencialmente um triunfo da linguagem, o que já prenunciava uma ruptura na filosofia analítica e o surgimento da filosofia da linguagem ordinária, com o Wittgenstein das *Investigações Filosóficas* (WITTGENSTEIN, PI). A preocupação com a clarificação lógica do discurso científico descritivo, então tomado como único discurso com sentido, foi deslocada pelo segundo Wittgenstein para uma *compreensão e descrição* das regras (gramaticais) de emprego das diferentes formas de discurso presentes na linguagem ordinária.

Para o segundo Wittgenstein, o significado e a referência passam a ser não mais um vínculo entre símbolos ou imagens mentais e coisas, mas antes uma habilidade para nomear objetos e empregar sentenças de acordo com as regras de uso lingüísticas (jogos de linguagem) nas situações apropriadas, habilidade essa que somente pode ser apreendida se nos colocarmos na posição daqueles que usam os símbolos e empregam os conceitos dentro da comunidade lingüística (método de compreensão e empatia). Nesse sentido, a determinação da referência, para Wittgenstein, é social, não individual, *i.e.* não se trata de investigar um processo mental individual de correspondência, mas de compreender as convenções sociais sobre uso e emprego de símbolos.

Essa virada para a compreensão da linguagem ordinária pelas mãos de Wittgenstein foi acompanhada pelo ressurgimento da hermenêutica com os trabalhos de Betti e Gadamer e da reafirmação do caráter interpretativo das ciências humanas.

Betti esforçou-se em fundamentar e justificar metodologicamente a operação de compreensão (*Verstehen*), abandonando os elementos psicológicos (empatia psicológica, revivência) da hermenêutica clássica (BETTI, 1955). A atividade de compreensão continuou, em Betti, sendo vista como um processo de recriação e apreensão do significado atribuído pelo autor, mas para o filósofo, a objetividade relativa da interpretação poderia ser obtida por meio das formas significativas que constituem a condição prévia para a comunicação intersubjetiva, comunicação esta que pressupõe necessariamente uma comunidade falante e um universo de discurso (BLEICHER, 1980, p.49).

Se, de um lado, Betti tinha em mente um projeto epistemológico para a atividade de interpretação, Gadamer, em sua hermenêutica filosófica (GADAMER, 1960), negou a própria possibilidade de sua justificação. A hermenêutica filosófica de Gadamer tem como tema central a linguagem não como objeto (sistema de sinais), mas como solo da experiência humana do mundo, de forma que a interpretação não é uma relação do intérprete com autor, mas um diálogo entre o intérprete, com os preconceitos de sua tradição, e o texto (BLEICHER, 1980, p. 162). Gadamer rejeita o caráter subjetivo da interpretação, defendendo que esta não deve ser concebida como uma ação da subjetividade de uma pessoa, mas como o inserir-se numa tradição em que passado e presente se fundem constantemente.

A evolução da filosofia da linguagem ordinária e da hermenêutica continental chegou, assim, a convergências não só quanto aos problemas, mas quanto à própria concepção da atividade interpretativa.

Dentro desse breve panorama, von Wright defende o dualismo metodológico,

propondo um método para as ciências humanas não redutível ao modelo de explicação causal dos fenômenos. O método definido tem por base uma concepção da ação e da natureza humana amplamente influenciada, como se verá, pela segunda fase de Wittgenstein, pautada pela compreensão dos jogos de linguagem presentes no discurso sobre ações, não na explicação dedutiva do comportamento humano observado.

3. A filosofia da ação de von Wright

3.1 Intenção e ação

Retornemos então à questão sobre a qual von Wright se debruça e que está na base da controvérsia *explicação vs. compreensão: intenções causam ações?* Uma resposta adequada exige que sejam precisadas as noções de causalidade e ação.

Para von Wright, a relação de causalidade pode ser traduzida no esquema de Hempel (HEMPEL, 1965), conhecido como *covering law model* ou *esquema dedutivo-nomológico*: a explicação de um evento E é dada pela ocorrência fática de eventos antecedentes A_1, A_2, \dots, A_n e pela existência de leis gerais L_1, L_2, \dots, L_n ligando a ocorrência dos antecedentes à ocorrência de E . O modelo possui ainda uma versão probabilística em que a ocorrência do evento E é dada pelas leis (*covering laws*) como provável (em certo grau) a partir da ocorrência dos antecedentes.

Para que A seja uma *causa humeana*² do evento E , faz-se ainda necessário que se trate de eventos *logicamente independentes*. A e E são logicamente independentes se todas as combinações de eventos $A \& E, A \& \sim E, \sim A \& E, \sim A \& \sim E$ forem logicamente possíveis. Se uma das combinações é, por motivos lógicos, impossível, então os eventos são logicamente dependentes (von WRIGHT, 1971, p. 195, fn. 18).

Ação é definida por von Wright como a intervenção humana no curso da natureza, provocando (intencionalmente) uma alteração no estado de coisas que não seria naturalmente obtido (ou suprimindo uma alteração que ocorreria naturalmente) (von WRIGHT, 1963). Assim, três elementos são relevantes para descrever a ação em termos de eventos: (i) o estado de coisas presente no início da ação – *estado inicial*; (ii) o estado de coisas resultante da ação – *estado final*; (iii) o estado de coisas que estaria presente no mundo se a ação não tivesse ocorrido – *elemento contrafático*.

O estado final, a mudança obtida no estado de coisas, é também chamado de *resultado* da ação. Para von Wright, o resultado é intrínseco ao conceito da ação, isto é, a ação é justamente o comportamento intencional que faz com que determinado resultado apareça (von WRIGHT, 1963, p.68), não podendo o resultado ser confundido com um *efeito* causado pela ação (von WRIGHT, 1989b, p. 813). Nesse sentido, é impossível descrever a ação de *abrir a janela* sem que esta resulte no estado em que a janela está aberta. O resultado se distingue das *conseqüências* da ação, que são os efeitos causados pelo resultado (von WRIGHT, 1971, p. 88). Por exemplo, o fato de estar a janela aberta (como resultado da ação) traz como conseqüência o resfriamento do cô-

² “Every effect is a distinct event from its cause. It could not, therefore, be discovered in the cause...” (HUME, 1910, Section 4, Part I)

modo. Mas também é possível descrever a mesma cena como a ação de *resfriar o cômodo* e a consequência da descrição anterior passa a ser o resultado da nova descrição. Para von Wright (von WRIGHT, 1963 e 1971), o que determina uma ou outra descrição é a intenção do agente na ação.³

O caráter multidescritivo de sua teoria da ação recebeu, posteriormente, uma alteração sutil: em toda ação há sempre uma ação básica envolvida, consistente na execução de determinados movimentos corporais (pressionar com as mãos a janela), que, por sua vez, geram consequências (a janela se abre, a temperatura decresce, a neve entra no cômodo, etc.) que podem ser descritas como ações não-básicas (abrir a janela, diminuir a temperatura do cômodo, deixar a neve entrar, etc.). Nesse sentido, uma ação é básica se seu resultado não decorre de qualquer outra ação. Uma ação é não-básica se o seu resultado é consequência do resultado de uma ação básica (von WRIGHT, 1989b, p. 810). Tal estratégia permite unificar a descrição da ação (básica) e suas consequências, ao mesmo tempo que mantém o caráter multidescritivo das ações não-básicas e sua relação intrínseca com o resultado descrito.

A distinção entre ações básicas e não-básicas evidencia a relevância do conceito de *comportamento*. O nome *comportamento* será reservado, aqui, para denotar atividade muscular ou determinados movimentos corporais observados, independentemente de estarem ou não envolvidos em uma ação. Se contorcemos o rosto ao tomar uma sopa, esse comportamento pode ser uma mera reação fisiológica ao sabor azedo, ou uma ação no intuito de desrespeitar o anfitrião. Para o primeiro caso, *i.e.* quando há comportamento sem que haja ação, sem que haja a intenção de executá-lo, usaremos o termo *mero-comportamento*. A ação (básica) é o *comportamento* interpretado como *intencional*. Para nos referirmos aos movimentos corporais executados intencionalmente em uma ação, usaremos o termo *comportamento na ação*.

Note-se que toda ação é intencional no sentido de que há intenção no comportamento (manifesto na ação básica), mas nem toda ação (não-básica) é intencional (ou melhor, proposital) (STOUTLAND, 1989). Vale dizer, posso ter a intenção de pressionar com as mãos a janela, o que torna meu comportamento intencional (ação básica) e posso, por exemplo, ter o propósito de abri-la (ação não-básica proposital), mas posso não ter o propósito de resfriar o cômodo (ação não-básica sem propósito). Assim, ao estabelecer que a intenção do agente com relação ao resultado é que define a ação não-básica, von Wright restringe a explicação teleológica da ação às ações não-básicas intencionais.

³ “... *what makes it the one or the other depends upon the intention of the agent in acting ...*” (von WRIGHT, 1963, p. 41); “*the unity is constituted by the subsumption of the phases under the same intention*” (von WRIGHT, 1971, p. 89).

3.2 Intenção, comportamento, ação e resultado

Podemos, agora, repor a questão. Sejam as relações entre:

(a) *intenção e comportamento;*

(b) *comportamento e resultado da ação.*

Trata-se de relações de causalidade *humeanas*?

No que concerne à relação (b), o elemento contrafático do conceito de ação de von Wright impõe que o resultado ocorra em função da intervenção do agente, *i.e.* de seu comportamento intencional. Se a ação é não-básica, então, por definição, o resultado é um evento causado pela ação básica. Se a ação é básica, então o comportamento se identifica com o resultado (mesmo evento). Assim, para ações não-básicas tem-se uma relação de causalidade *humeana* entre comportamento e resultado; para ações básicas, a relação entre comportamento e resultado é de identidade. Nesse ponto, não há diferença essencial entre as teorias causalistas da ação e a teoria de von Wright.

A marca que o afasta dos causalistas reside no tratamento da relação (a) entre intenção e comportamento.

Para as teorias causalistas (cartesianas), a explicação da ação reduz-se à explicação do comportamento na ação. A intenção e as crenças do agente (sobre os meios necessários ou suficientes para alcançá-la) são descritas como *eventos mentais* (ou neurais) que *causam* o comportamento.

Vista sob o modelo dedutivo-nomológico, dizer que “a intenção de João de resfriar o cômodo e sua crença em que, para tanto, precisa abrir a janela causam a sua ação de abri-la” implica admitir que existe uma lei geral *L* segundo a qual todo aquele que tiver a mesma intenção e crença de João executarão os movimentos corporais necessários para abrir a janela. Obviamente que *L* necessitaria de uma série de qualificações adicionais, mas o modelo nomológico soa bastante implausível como explicação da ação. De acordo com Davidson, um dos mais destacados defensores da teoria causalista da ação, o modelo nomológico é impróprio, pois os eventos que se colocam em relação causal (intenção e comportamento) são de natureza distinta (DAVIDSON, 1980a). Propõe, então, com alternativa, uma relação de causalidade singular, em que o modelo de Hempel é aplicado de maneira oblíqua: a atitude proposicional do agente pode ser identificada com determinado evento neural, que, por sua vez, *causa* o comportamento (DAVIDSON, 1980b).

Já para von Wright, a intenção do agente não é algo *por detrás* ou *fora* do comportamento, não se trata de um evento independente ou algo que possa ser identificado com um evento, mental ou neural (von WRIGHT, 1971, p.115), mas é exatamente *pelo seu comportamento* que entendemos pretender algo o agente (STOUTLAND, 1983, p. 312). Assim como as pessoas *falam* quando sua emissão de sons é interpretada como algo com sentido dentro de uma linguagem, as pessoas *agem* quando seu comportamento é interpretado como intencional, de acordo com o contexto e com as práticas comuns dentro da comunidade:

Intentional behaviour, one could say, resembles the use of language. It is a gesture whereby I mean something. Just as the use and the understanding of language presuppose a language community, the understanding of action presupposes a community of institutions and practices and technological equipment into which one has been introduced by learning and training. One could perhaps call it a life-

community. We cannot understand or teleologically explain behavior which is completely alien to us. (von WRIGHT, 1971, p.114-5)

Para von Wright, a interpretação intencionalista *do comportamento* permite sua compreensão e explicação *como ação*. Por sua vez, a compreensão e a explicação teleológica *da ação* permitem-nos entender *qual* ação foi realizada e *para que* (*por qual razão*) foi realizada.

Assim, ocorre o comportamento (*e.g.* deslocamento das mãos que vão ao encontro da janela). Interpretando-o como intencional, vemos o comportamento como uma ação-básica (pressionar com as mãos a janela). Apontando o propósito (*e.g.* resfriar o cômodo) e a crença do agente sobre os meios (a janela precisa estar aberta), identificamos *qual ação* (abrir a janela) e o *porquê* da ação.

Não há aqui uma relação de causalidade *humana*: a intenção é verificada pela própria compreensão do comportamento *como ação* e a verificação do comportamento *como ação* é dada pela atribuição de uma intenção ao agente. Intenções e ações são interdependentes, pois a verificação de uma implica necessariamente a verificação da outra (a esse argumento von Wright dá o nome de *Logical Connection Argument*).

Por outro lado, a interpretação teleológica difere essencialmente da causal, pois independe da verdade das relações nelas envolvidas (von WRIGHT, 1971, p.84). Basta que o agente acredite que a janela aberta resfriará o cômodo para que a ação seja explicada, não entrando em linha de conta se isso de fato ocorrerá, como decorrência de uma lei causal.

Assim, para von Wright, ao contrário das teorias causalistas, a explicação compreensiva da ação difere da explicação do comportamento na ação. A explicação da ação (comportamento interpretado) é teleológica, enquanto a explicação do comportamento consiste na descrição das relações causais entre os itens não interpretados do comportamento (von WRIGHT, 1971, p. 124), *i.e.* entre as diversas fases do mero-comportamento. A primeira busca razões para a ação, compreendendo o *porquê* (com qual intenção) o agente *fez* isso ou aquilo. A segunda explica causalmente *como* (por qual processo, por meio de que sucessão de eventos) ocorreu o movimento corporal envolvido na ação e a alteração no estado de coisas (resultado).

Stoutland (*op. cit.*) aponta uma limitação na teoria de von Wright: sua teoria da ação, restrita à explicação teleológica, é incapaz de explicar o porquê da ocorrência do comportamento, isto é, o que efetivamente causa os movimentos corporais observados. Note-se que esse problema nem sequer se coloca para uma teoria causalista, uma vez que, por definição, identifica explicação causal do comportamento com compreensão da ação. Von Wright responde atacando a necessidade de tal explicação do comportamento para a legitimidade de sua teoria da ação e defende a tese da compatibilidade entre a explicação causal do comportamento e a compreensão teleológica da ação (*compatibility thesis*): ao observar o comportamento podemos conjuntamente perguntar-nos *para que* o agente realizou a ação e *como* o movimento ocorreu. Trata-se simplesmente de respostas distintas a perguntas distintas sobre o mesmo fato, a saber: *para que* (*por qual motivo*) o agente levantou o braço?, ou *por que* (*como*) o braço se levanta?

A tese de compatibilidade de von Wright parece razoável se considerarmos que faz sentido perguntar-nos paralelamente pela explicação causal do movimento quando o interpretamos como intencional (ação), mas a volta não vale, isto é, não nos pergun-

tamos pela interpretação teleológica quando descrevemos o comportamento como involuntário (*mero-comportamento*). Por exemplo, suponha que alguém derruba um copo e imediatamente o agarra (ou tenta agarrar) antes que este se quebre no chão. É natural interpretarmos o evento como ação proposital: *o agente agarrou (tentou agarrar) o copo a fim de que este não se quebrasse*. Mas o conhecimento científico pode evidenciar que a ação descrita não passa de um mero reflexo (involuntário), *i.e.* o movimento corporal é causalmente determinado pelo evento “queda de um objeto das mãos”. Nesse caso, deixamos de ver tais reações como intencionais e a pergunta “como?” passa a prevalecer, a ponto de atribuições de intenção não serem aceitas como explicações admissíveis e a pergunta “por qual motivo?” deixar de fazer sentido.

Vale dizer, enquanto a explicação teleológica da ação não elimina a curiosidade sobre qual o evento neural responsável pela contração muscular que causa o movimento, a explicação causal do mero-comportamento elimina (torna sem sentido) a curiosidade sobre a intenção.

4. Wittgenstein e a interpretação do comportamento

A construção de von Wright constitui o desenvolvimento da crítica de Wittgenstein ao retrato cartesiano da natureza humana. O ataque de Wittgenstein dirige-se ao dualismo cartesiano entre *res cogitans* (entidade imaterial) e corpo (físico), reeditado no dualismo mente/corpo (neural/corpo) das teorias causalistas da ação, bem como ao caráter privado das experiências individuais. A idéia de que podemos descrever como eventos independentes os estados mentais ou atitudes proposicionais (sensações, sentimentos, intenção, vontade, etc.) e de que estes seriam inacessíveis por observação direta, mas inferidos por analogia com a experiência privada de cada um, é, para Wittgenstein, equívocada em todos os aspectos (HACKER, 1998, p. 20).

A fonte desse equívoco reside, para Wittgenstein, numa má compreensão do jogo de linguagem no qual se baseia o discurso sobre a mente e atitudes (internas) e no apego à função descritiva da linguagem. Embora a forma de sentenças do tipo “Eu tenho dor” assemelhe-se a uma descrição do tipo “Eu tenho um sapato”, os usos lingüísticos são absolutamente distintos: a primeira *expressa* uma sensação, assim como um gemido ou choro; a segunda informa (descreve) um item de minha propriedade. Não há, no primeiro caso, uma referência a um objeto privado e interno ao locutor. As palavras simplesmente substituem a expressão originária de dor; a criança primeiramente chora e grita e posteriormente aprende um comportamento novo, verbal, perante a dor.

“Então você está dizendo que a palavra ‘dor’ significa, na verdade, o gritar?” –
Ao contrário: a expressão verbal da dor substitui o grito, não o descreve.
(WITTGENSTEIN, PI, § 244)

Não há, portanto, para Wittgenstein, descrição de estados mentais (sensação de dor), ao lado da descrição de comportamentos (produção de grunhidos ou declaração do sujeito que sente dor), mas a interpretação do comportamento como expressão ou manifestação de um estado mental.

There seem to be a description of my behavior, and also, in the same sense, a description of my pain! The one, so to speak, the description of an external, the other

of an internal fact. This corresponds to the idea that in the sense in which I can give a part of my body a name, I can give a name to a private experience (only indirectly).

And I am drowining your attention to this: that the language-games are very much more different than you think.

You couldn't call moaning a description! But this shows you how far the proposition 'I have a toothache' is from a description ... (WITTGENSTEIN, "Notes for Lectures on 'Private Experience' and 'Sense Data', apud HACKER, 1998, p. 36)

Wittgenstein não nega que possamos falar sobre sensações, atitudes ou nossos estados mentais, ou que exista em nosso discurso algo como “o interno”, apenas chama a atenção de que, quando nos referimos a estes como processos ou eventos “internos”, nós o fazemos em um sentido metafórico. A palavra “mente” possui significado quando usada em nosso discurso (“Não tenho nada em mente para hoje”, para dizer que não tem compromisso; “Que mente brilhante!”, para exaltar a inteligência de alguém, etc.), mas isso não deve criar a ilusão de que descreve um objeto imaterial ligado de alguma forma ao corpo.

... we don't use ["I"] because we recognize a particular person by his bodily characteristics; and this crates the illusion that we use this word to refer to something bodiless, which, however, has its seat in our body. In fact this seems to be the real ego, the one of it was said Cogito ergo sum. – “Is there then no mind but only a body?” Answer: the word 'mind' has meaning, i.e. it has a use in our language; but saying this doesn't yet say what kind of use we make of it. (WITTGENSTEIN, BBB, 69f)

Como corolário da inexistência de um objeto mental privado, Wittgenstein critica a idéia de privilégio de acesso do indivíduo às próprias sensações, atitudes, intenções e desejos. A expressão “minha dor”, por exemplo, não indica nenhuma propriedade mental privada à qual os demais não têm acesso ou somente o têm por analogia com a própria experiência (WITTGENSTEIN, PI, § 253), pois não descreve *qual* a minha dor, mas somente *quem* a sente. O critério de identidade da palavra “dor” (da mesma forma, inveja, alegria, curiosidade, etc.) não é dada pela indicação do sofredor, mas pela especificação de sua intensidade, características e local, isto é, dor é um conceito com determinadas regras de emprego, apropriado para designar determinadas reações corporais (HACKER, 1998, p. 24).

Não descrevemos eventos internos, referimo-nos a interpretações de nosso comportamento que manifesta o que sentimos, desejamos, etc. Para Wittgenstein, portanto, a conexão entre conceitos psicológicos e o comportamento é de natureza lógica, não empírica (HACKER, 1998, p. 45). Em particular, a conexão entre *vontade e ação*. O querer não é (ou faz parte de) um processo que termina antes e causa o agir, mas é o próprio agir (WITTGENSTEIN, PI, § 614): “provoco o querer-nadar à medida que pulo na água” (id., § 613).

A descrição da ação não se reduz à descrição dos movimentos corporais observados. Por outro lado, é apenas isso que pode ser observado ou descrito. Wittgenstein lança então a seguinte pergunta:

... o que resta se subtraio do fato de que eu levanto meu braço o fato de que meu braço se levanta? (id., § 621)

O ponto é que, se o subtrairmos, não restará uma imagem mental independente em que figure a vontade (de levantar o braço). O que se dá é que compreendemos o movimento corporal observado (a elevação do braço) como ação, *i.e.* como desejado. Se esse é o caso, não nos espantamos quando nosso braço se levanta, pois vemos o *levantar do braço* como “levantei meu braço”.

Considere esta descrição de uma ação voluntária: “tomo a decisão de, às cinco horas, tocar o sino; quando batem 5 horas, meu braço faz então este movimento”. – É essa a descrição correta, e não esta: “... e quando batem 5 horas levanto meu braço”? – A primeira descrição poderia ser assim completada: “E veja!, meu braço se levanta quando batem 5 horas”. E esse “e veja!” é exatamente o que desaparece aqui. Eu não digo: “veja, meu braço se levanta!” quando o levanto. (*id.*, § 627)

Assim, para Wittgenstein, a identificação da ação pressupõe a compreensão do movimento como intencional, o que constitui a idéia central da filosofia da ação de von Wright. Wittgenstein separa aqui dois diferentes jogos de linguagem. A descrição dos movimentos corporais como uma seqüência de eventos físicos, de um lado, e a interpretação desses movimentos como ação (voluntária), de outro. No segundo jogo, de descrição da ação, o fenômeno físico não entra em linha de conta, muito embora o que se observa não seja nada além do fenômeno físico. No seu exemplo, não causa surpresa a ocorrência do movimento, pois o interpretamos como desejado e não nos questionamos, na ocasião, sobre os processos físicos ou biológicos que explicam o levantar do braço. Quando perguntamos porque a ação ocorreu, indagamos sobre a intenção; a explicação física (causal) simplesmente não se põe, é inadequada para a pergunta. Não é sobre o levantar do braço que estamos curiosos, mas sobre eu ter levantado meu braço (para que fim?). E à medida que o interpreto como ação, então não nos surpreende o fato de que o braço se levanta. E Wittgenstein conclui: “Poderíamos dizer: o movimento voluntário caracteriza-se pela ausência do espanto” (*id.*, § 628).

Ao tratar a explicação causal e a interpretação do comportamento como ação (intencional), Wittgenstein abre a possibilidade de dois enfoques para a mesma observação de uma movimentação corporal. A física ou causalista, que visa a responder à pergunta por que o movimento ocorre. E a compreensiva, que tenta descrever o movimento como ação intencional, e que tenta responder à pergunta sobre a finalidade ou a intenção do agente ao realizar, por sua vontade, aquele movimento. Como vimos, a compatibilidade entre essas duas perspectivas (*compatibility thesis*) é um dos resultados da teoria de von Wright, cujo delineamento inicial, portanto, já se encontrava em Wittgenstein.

5. Considerações finais

Anscombe foi a primeira a perceber que as poucas e obscuras notas de Wittgenstein sobre vontade e ação nas *Investigações Filosóficas* formavam, ou ao menos apontavam para uma forte objeção a teorias causalistas ou comportamentais da ação humana (ANSCOMBE, 1957). Ela firmou um argumento bastante influente no pensamento de von Wright, no sentido de que falar de uma ação pressupõe uma certa descrição pela qual esta é vista como intencional, “*since the same action can be intentional under*

one description and unintentional under another” (ANSCOMBE, 1957, par. 19, p. 28). Foi daqui, na verdade, que partiu a teoria multidescritiva da ação de von Wright.

Outra importante influência do trabalho de Anscombe para a teoria desenvolvida por von Wright foi a recuperação do silogismo de inferência prática. Como já mencionado, esse instrumental foi tomado como essencial para a tentativa de von Wright de oferecer às ciências sociais uma alternativa logicamente fundada para o modelo dedutivo-nomológico das ciências naturais (von WRIGHT, 1971, p. 27).

A análise desse esforço de von Wright, que se desdobrou em diversos artigos e obras sobre a razão e a inferência prática, será feita em trabalho futuro, que nos permitirá identificar os seus principais problemas e dificuldades, além de aproximar o silogismo prático de von Wright da inferência abductiva, cujas técnicas formais recentemente desenvolvidas poderão então, posteriormente, servir de instrumental para uma tentativa de reconstrução da sua teoria da ação.

Agradecimentos

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pela bolsa de pós-doutorado a mim concedida (Proc. n 04/10480-0), o que permitiu a realização deste trabalho.

Bibliografia

(ANSCOMBE, 1957) ANSCOMBE, G.E.M. *Intention*. Blacwell, 1957.

(APEL, 1985) APEL, Karl-Otto, El desarrollo de la filosofía analítica del language y el problema de las ciencias del spiritu. *In: La Transformación de la Filosofía*, vol. II, p. 27 ss. Madrid, 1985.

(BETTI, 1955) BETTI, Emilio. *Teoria Generale della Interpretazione*. Milão: Giuffrè, 1955.

(BLEICHER, 1980) BLEICHER, J. *Hermenêutica Contemporânea*. Edições 70, 1980.

(DAVIDSON, 1980a) DAVIDSON, Donald. Causal Relations. *In: Essays on Actions and Events*. Oxford: Clarendon Press, 1980.

(DAVIDSON, 1980b) DAVIDSON, Donald. Actions Reasons and Causes. *In: Essays on Actions and Events*. Oxford: Clarendon Press, 1980.

(GADAMER, 1960) GADAMER, Hans-Georg. *Wahrheit und Methode: Grundzüge einer philosophischen Hermeneutik*. Tübingen, 1972.

(HEMPEL, 1965) HEMPEL, C.G. *Aspects of Scientific Explanation*. New York: Free Press, 1965.

(HABERMAS, 1997) HABERMAS, J. *Zwischen den Traditionen: Laudatio auf Georg Henrik von Wright*. Universität Leipzig, 1997.

(HACKER, 1996) HACKER, P.M.S. *Wittgenstein's Place in Twentieth Century Analytic Philosophy*, Blackwell, Oxford, 1996.

(HACKER, 1998) HACKER, P.M.S. *Wittgenstein on Human Nature*. Phoenix, 1998.

(HUME, 1910) HUME, David. *An Enquiry Concerning Human Understanding*. Harvard Classics, v. 37, disponível na Internet em: <<http://eserver.org/18th/hume-enquiry.html>>. Acessado em 21/7/06.

(RUSSELL, 1928) RUSSELL, Bertrand. *Sceptical Essays*. London: George Allen & Unwin, 1928.

(STOUTLAND, 1989) STOUTLAND, Frederick. Von Wright's Theory of Action. In: *The Philosophy of Georg Henrik Von Wright*. Eds.: P. Schlipp L. Hahn. The Library of Living Philosophers, v. XIX, p. 305-32, SIU, Illinois, 1989.

(von WRIGHT, 1951) von WRIGHT, G.H. Deontic Logic. *Mind* 60:1-15, 1951.

(von WRIGHT, 1963) von WRIGHT, G.H. *Norm and action: a logical enquiry*. London: Routledge and Keagan Paul, 1963.

(von WRIGHT, 1971) von WRIGHT, G.H. *Explanation and Understanding*. London: Routledge & Kegan Paul, 1971.

(von WRIGHT 1989a) von WRIGHT, G.H. Intellectual Autobiography. In: *The Philosophy of Georg Henrik von Wright*. Eds.: P. Schlipp L. Hahn. The Library of Living Philosophers, v. XIX, p. 1-55, SIU, Illinois, 1989.

(von WRIGHT 1989b) von WRIGHT, G.H. A Reply to my critics. In: *The Philosophy of Georg Henrik von Wright*. Eds.: P. Schlipp L. Hahn. The Library of Living Philosophers, v. XIX, p. 804-24, SIU, Illinois, 1989.

(Von WRIGHT, 2001) von WRIGHT, G.H. *On Wittgenstein*. Philosophical Investigations: special edition to mark the fiftieth anniversary of Wittgenstein's death, v. 242, p.177-179, 2001

(WITTGENSTEIN, *Tractactus*) WITTGENSTEIN, L. *Tractactus Logico-Philosophicus*. Trad.: L.H. Lopes dos Santos. São Paulo: Edusp, 1994.

(WITTGENSTEIN, BBB) WITTGENSTEIN, L. *The Blue and Brown Books*. London: Blackwell, 1958.

(WITTGENSTEIN, PI) WITTGENSTEIN, L. *Investigações Filosóficas*. Eds: G.E.M Anscombe; R. Rhees. Trad.: J.C. Bruni. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Os Pensadores)